

SALÁRIO MÍNIMO E CUSTO DE VIDA EM MÇAMBIQUE

Carlos Muianga, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo e Epifânia Langa

Introdução

A capacidade de as famílias fazerem face ao custo de vida permanece como um dos temas principais do debate público. Este é, sobretudo, mais intenso com a aprovação anual de novos salários mínimos para os diferentes sectores de actividade, como resultado da negociação tripartida entre os sindicatos, o governo e o sector privado. A princípio, a fixação destes salários tem como objectivo proteger os trabalhadores, principalmente os que auferem baixa remuneração, garantindo que estes tenham acesso a uma remuneração mínima suficiente para cobrir as suas necessidades básicas¹. Este IDeIAS é o primeiro de uma série de dois que discutem a questão salarial e o custo de vida no país, olhando para a evolução do poder de compra da população na presente década e para os factores estruturais que explicam o seu comportamento. Especificamente, o presente IDeIAS contrasta o movimento dos salários mínimos anunciados anualmente com o dos salários mínimos reais, calculados com base no índice de preços ao consumidor (IPC) de "bens alimentares e bebidas não-alcoólicas". Argumenta-se que, em geral, ao longo desta década, o poder de compra dos trabalhadores deteriorou-se, na medida em que os incrementos anuais ao salário mínimo não compensaram os níveis de inflação registados. Os anos de 2015 e 2016 foram os que registaram níveis de contracção dos salários mínimos reais mais acentuados para todos os sectores. Ou seja, o salário mínimo tornou-se cada vez menos suficiente para cobrir as necessidades básicas de alimentação, evidenciando uma subida drástica do custo de vida para a população.

Evolução do poder de compra

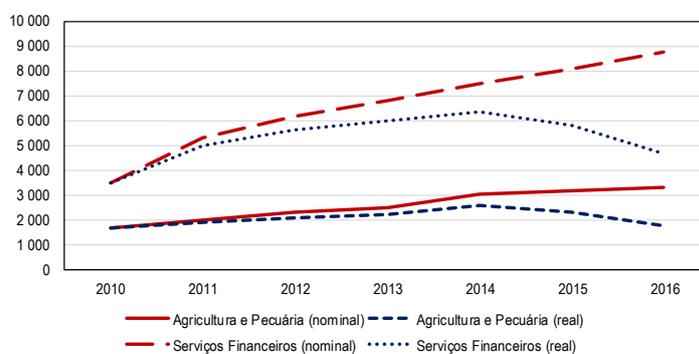
O poder de compra é medido pela capacidade de as famílias adquirirem bens e serviços a partir dos rendimentos que auferem entre dois ou mais períodos. Para os trabalhadores, é o salário real que mostra quanto o seu salário nominal pode, de facto, adquirir em termos de bens e serviços. Se comparado com o período anterior, o salário real permite observar a magnitude dos ganhos ou das perdas na capacidade de compra dos trabalhadores ao longo do tempo. Dado que parte considerável dos salários é gasta na compra de bens de primeira necessidade, principalmente para os que auferem o salário mínimo, mostra-se mais adequado analisar a variação de preços de forma desagregada, olhando para este grupo específico de bens, de modo perceber em que medida o poder de compra melhora ou piora². Assim, para esta análise, o salário real é determinado deflacionando o salário nominal pela inflação dos "bens alimentares e bebidas não alcoólicas".

O gráfico 1 compara a evolução dos salários mínimos nominais e reais entre 2010 e 2016 para dois sectores, "agricultura e pecuária", com o salário mínimo mais baixo, e "serviços financeiros

ros", com o salário mínimo mais alto. O gráfico mostra que entre 2010 e 2014, para ambos sectores, o salário real cresceu mais lentamente que o salário nominal, apesar de que o salário mínimo nominal cresceu mais rapidamente no sector financeiro do que na agricultura. Contudo, assistiu-se, neste período, uma tendência crescente do salário real em todos os sectores, associada a uma redução da inflação, sobretudo dos bens alimentares (de 21,65% em 2010 para 3,24% em 2014), e uma apreciação do metical, especialmente em relação ao rand sul africano (de 4,9 MT em 2010 para 2,86 MT em 2014) e ao dólar norte americano (de 32,5 MT em 2010 para 30,08 MT em 2013). A deterioração do poder de compra foi mais acentuada nos anos de 2015 e 2016, período em que a crise económica se revelou de forma intensa, tendo se registado taxas de inflação de bens alimentares de aproximadamente 18% e 36%, respectivamente. Durante este período, os salários reais registaram uma queda drástica para todos os sectores, sendo que para os dois sectores em análise, em 2016, o salário real tinha regredido para níveis inferiores ao salário real de 2011. Como se pode observar pelo aumento gradual das diferenças entre os salários mínimos nominais e reais, houve uma clara deterioração do poder de compra dos trabalhadores. Isto é, os incrementos anuais aos salários mínimos por sectores foram, ao longo deste período, tornando-se cada vez menos capazes de cobrir a subida dos preços da comida. Esta tendência é, em geral, similar para todos os sectores de actividade incluídos no ajustamento anual do salário mínimo⁴.

Um olhar sobre estes sectores mostra que, entre 2010 e 2016, os salários nominais cresceram a uma taxa média anual superior a 10% (com excepção do sector da

Gráfico 1: Evolução dos salários mínimos nominais e reais para os sectores agrícola e de serviços financeiros 2010-2016 (em Meticals)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INE, Hanlon (2018)³

¹ Castel-Branco, C., Vicente, C. & Guilaze, N. (2004). Estudo sobre os critérios de fixação do salário mínimo em Moçambique. Comissão Consultiva do Trabalho.

² Wuyts, M. (2017). "Inflação e pobreza: uma perspectiva macroeconómica". In Ali, R., Castel-Branco, C. & Muianga, C. (orgs). Emprego e transformação económica e social em Moçambique. IESE. Maputo, pp. 17-33

³ Hanlon, J. (ed). (2018). MOZAMBIQUE News reports & clippings 409. Minimum wage & exchange rate supplement, 30 April 2018.

⁴ Nomeadamente: (1) agricultura e pecuária; (2) pesca; (3) mineração; (4) indústria; (5) electricidade, gás e água; (6) construção; (7) serviços financeiros; (8) serviços não-financeiros; e (9) administração pública e segurança.

“administração pública e segurança”, com uma taxa média de cerca de 6%), mas com variações substanciais para alguns sectores em alguns anos. A média anual de crescimento dos salários reais para o mesmo período foi desigual, sendo que os sectores com os salários mínimos nominais relativamente mais baixos o crescimento médio foi mais lento. Os sectores da “administração pública e segurança” e da “pesca” são os que se destacaram, com um crescimento médio anual negativo, -4% e -1% respectivamente. Para os “serviços financeiros” e “mineração”, que possuem os salários mínimos mais altos, o crescimento médio anual dos salários reais foi de cerca de 7%, quase quatro vezes superior ao crescimento nos sectores da agricultura, construção e serviços não financeiros.

Para o ano de 2017, os dados dos salários mínimos nominais anunciados mostram que apenas quatro sectores (“pesca”, “electricidade, gás e água”, “serviços financeiros” e “administração pública e segurança”) registaram taxas de crescimento salariais superiores à taxa de inflação de bens alimentares registada no mesmo ano. Mesmo com este aspecto, o incremento nos níveis de preços, embora seja baixo relativamente ao período anterior, ainda continua alto (cerca de 16% para bens alimentares)⁵.

Para além dos bens alimentares, outra dimensão muito importante da deterioração do poder de compra e das condições de vida dos trabalhadores é o custo do transporte, da energia eléctrica e dos combustíveis. O custo deste grupo de serviços tem aumentado significativamente nos últimos três anos, como resultado, por exemplo, da eliminação dos subsídios aos combustíveis que vigoravam desde 2010, aquando das manifestações contra a subida do custo de vida no país e o aumento do preço da electricidade. Um exercício similar ao que é aqui apresentado foi exibido, neste ano, durante as manifestações do 1º de Maio, como mostra a Figura 1. Um grupo de trabalhadoras estimou que para uma família composta por 5 membros, a cesta básica composta por bens alimentares, electricidade, água e transporte deveria corresponder a 13.440 MT, o que representa um défice de 9.180 Meticais para

um trabalhador que auferir um salário mínimo de 4.260 MT. Por isso, o Secretário Geral da Organização dos Trabalhadores de Moçambique - Central Sindical (OTM-CS), Alexandre Munguambe, defendeu que o salário mínimo deveria ser de 14.000 MT (Magazine, 3 Maio 2018: 12).

Salários e modo de organização do trabalho

Considerando o modo de organização da produção e do trabalho em alguns sectores, há grupos de trabalhadores que podem auferir uma remuneração mensal aquém do salário mínimo nominal estipulado por lei. Este é o caso dos trabalhadores ligados à actividade agro-industrial, com

pende de empregador para empregador. Isto implica uma variabilidade na estimativa dos salários mensais e a existência de trabalhadores que são remunerados abaixo do valor do salário mínimo em vigor para a agricultura⁶.

Portanto, perante o padrão irregular dos salários nas agro-indústrias, por exemplo, uma questão que emerge é que se o salário ‘mínimo’ em termos reais é mais baixo do que o estipulado em termos nominais, então o salário de facto recebido por estes trabalhadores, tende a ser mais baixo ainda, em termos reais, conferindo um menor poder de compra à estes⁷. Nestas condições, a satisfação de necessidades básicas, em termos de alimentação, saúde, alojamento, transporte, entre outras, tornou-se cada vez mais limitada ao longo dos últimos anos, constringendo o padrão de vida e a reprodução da força de trabalho. Sendo assim, os trabalhadores são responsáveis pelos custos da sua reprodução, recorrendo a outras formas de trabalho remuneradas e não remuneradas, agrícola e não agrícola⁸.

De facto, a problemática do custo de vida no contexto da economia de Moçambique transcende a questão do valor nominal e real do salário mínimo, reflectindo questões estruturais da economia nacional. Por isso, o próximo IDEIAS aprofunda o debate em torno do custo de vida no país, destacando a necessidade de transformação da estrutura produtiva da economia, de modo a que seja capaz de gerar, massivamente, novos postos de trabalho e de prover bens e serviços básicos a baixo custo.



Figura 1: Manifestações do 1º de Maio de 2018

Fonte: Jornal Zambeze, 03 de Maio de 2018

sistema de trabalho baseado em metas. O sistema de pagamento é determinado por empreitada, onde o salário é pago por meta ou tarefa cumprida diariamente. Se as metas forem cumpridas diariamente, o salário mensal é aproximado (ou equivalente) ao valor do salário mínimo para o sector. Entretanto, esta meta diária é determinada por ‘condições óptimas do melhor trabalhador’ e nem todos os trabalhadores nas agro-indústrias conseguem cumpri-la. Há várias razões para o incumprimento das metas, geralmente associadas à organização e às condições sociais de trabalho, o que tem implicações para o registo de um dia efectivo de trabalho e o correspondente pagamento. Nos casos do incumprimento das metas, alguns trabalhadores recebem parcialmente ou o equivalente à empreitada realizada. Outros não são pagos (nos casos em que a empreitada é registada como uma falta). O pagamento parcial, ou mesmo o não pagamento, devido às metas não cumpridas na íntegra, de-

⁵ No entanto, não é possível fazer uma análise comparativa em termos reais em relação ao período anterior, pois a base de comparação mudou a partir de 2017. Isto é, os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) definem 2010 como ano base para o período de 2010 a 2016, mas a partir de 2017, o ano base passou a ser 2016.

⁶ Ali, R. & Muianga, C. (2016). “Emprego e Condições Sociais de Trabalho nas Agro-Indústrias: Contradições e Desafios. In Brito, L. et al (2017). Desafios para Moçambique 2016, IESE. Maputo. pp. 255-267; Ali, R & Muianga, C. (2017). “Integração da Força de Trabalho no Sistema de Acumulação de Capital em Moçambique”. In Brito, L. et al (2017). Desafios para Moçambique 2017, IESE. Maputo, pp. 185-199

⁷ Ali, R. (2017). “Dinâmicas e Dilemas de Emprego, Trabalho e Bem-estar nas Agro-indústrias Florestais em Niassa”. In Ali, R; Castel-Branco, C & Muianga, C (orgs). Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique. IESE. Maputo, pp. 209-254

⁸ Ali, R. (2017). “Mercados de trabalho rurais: porquê são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento rural em Moçambique?” In Ali, R; Castel-Branco, C & Muianga, C (orgs). Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique. IESE. Maputo, pp. 63-86